

UNIVERSIDADE FEDERAL RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PÓS - GRADUAÇÃO LATO SENSU “SOCIEDADE PÓLÍTICA E CIDADANIA –
OLHARES TRANSDISCIPLINARES”

**UMA BREVE ANÁLISE DO PENSAMENTO DE ANGELA DAVIS SOBRE O
MODELO PATRIARCAL E O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL 2000 A 2018.**

Maria Célia dos Santos Rodrigues

Orientador: Prof. Dr. Antutérpio Dias Pereira

Ninguém pode estar no mundo de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. (Paulo Freire).

RESUMO

Neste artigo será debatido algumas questões étnico raciais presentes no contexto nacional, especialmente, na atual conjuntura sócio-política que estamos vivenciando. Ao associar nesse conjunto, a questão de gênero e classe, os distanciamentos entre os indivíduos ganham abismos ainda mais atemorizantes.

Abordar a situação da mulher negra ao longo da história, é o mesmo que comprovar enfrentamentos que se desdobraram em lutas constantes em diferentes patamares sociais. Valer se do pensamento de Ângela Davis diante das disparidades de classe, etnia e gênero, por reconhecer e respeitar seu ativismo incessante em prol aos direitos das mulheres e contra quaisquer tipo de discriminação social e racial nos Estados Unidos, tem inspirado a ampliação do pensamento feminista brasileiro. A historiografia da mulher negra no que tange a formação social do Brasil, as lutas travadas em detrimento da herança eurocêntrica e patriarcal, eleva a justificativa da proposta aqui apresentada, visto que os estereótipos ainda se perpetuam, cujo objetivo, nem sempre obvio para muitos, é apequenar a atuação dos movimentos de lutas.

Palavras-Chave: Raça. Gênero. Mulher Negra. Resistência

ABSTRACT

In this article we will discuss some racial ethnic issues present in the national context, especially in the current socio-political context that we are experiencing. By linking together the question of gender and class, the distances between individuals gain even more frightening chasms.

Addressing the situation of black women throughout history, is the same as proving confrontations that have unfolded in constant struggles at different levels of society. Whether or not Angela Davis's thinking about class, ethnicity and gender disparities in recognizing and respecting her unceasing activism in favor of women's rights and against any kind of social and racial discrimination in the United States has inspired the expansion of feminist thinking Brazilian. The historiography of the black woman regarding the social formation of Brazil, the struggles against the Eurocentric and patriarchal heritage, raises the justification of the proposal presented here, since the stereotypes still perpetuate, whose objective, not always obvious to many, is to diminish the performance of the fighting movements.

Keywords: Breed. Genre. Black woman. Resistance

Introdução

No contexto histórico-social, nós, mulheres temos arguido lutas incessantes, na busca por equidade de direitos. Variados elementos associados a questão sexista¹ implementado ao meio social, vem tentando incluir e manter mulheres na posição de fâmulas, objeto sexual, refreadas, recatadas, entre outros estereótipos² induzindo em uma esfera geral, a pensar a “mulher ideal”, numa dimensão amortizada a estética e a capacidade de progenitora.

Ao agregar gênero, raça e classe, averigua-se que a imagem da mulher negra, é perpetuada mediante julgamentos machistas e racistas, denotando a grande

¹ O sexismo “[...] é compreendido como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo. As formas de sexismo são ambivalentes, não somente porque são indiretas, mas também, por acarretar emoções negativas e positivas, as quais de dupla valência afetivas, principalmente, quando se considera sua prática e expressão discriminatória tradicional, [...]”. (FORMIGA, 2011, p.193)

² “Os clichês, os chavões sobre o negro, enfim, os lugares comuns que desabonam este ser humano geralmente alegre e extrovertido na massa brasileira, parecem força-lo a ter de enfrentar de início as ofensas mais tênues que se opõem contra aquele que se mostra comunicativo; parece uma punição[...]”. (NASCIMENTO, 2010, p. 140)

complexidade histórica pela qual há muito temos enfrentado, para desconstruir os papéis impostos por uma elite social tecida em ideais patriarcais.

De tal modo, discutir o papel feminino no Brasil, sobre uma lente voltada para mulheres negras e sua participação na formação social do nosso país, a partir do pensamento de Ângela Davis, além de desafiador é um vislumbre, marcado pela necessidade de contextualizar a herança escravagista, patriarcal e sexista, marcada por injustiças emergidas no passado mas que coexistem no presente.

O protagonismo das mulheres negras, frente a luta pelos seus direitos, está evidente em vários registros históricos, como por exemplo, o caso de luta pelo direito em ter ou permanecer com seu companheiro, averiguando que laços sociais familiares fora estabelecido, independentemente de ser estável ou não, como nos apresenta Falei (2004, p. 220), ao descrever sobre a “[...] escrava Esperança Garcia, da Fazenda Nacional, denunciou ao governador da capitania os maus-tratos que sofria por parte do administrador e por ter sido separada do marido”. Ainda que a situação enfrentada pelas escravizadas fossem adversas, a inquietude presente no relato apresentado, frente a negativa ao direito de Esperança Garcia em desfrutar da companhia de um marido, mesmo que essa união não fosse considerada legítima.³

Como forma de evitar generalizações que contribuam ainda mais com uma visão deturpada em relação as mulheres escravizadas, traremos para a reflexão Maria Odila Dias (2018, p.366)⁴, que chama a atenção sobre algumas medidas adotadas por senhores de escravos (as), na tentativa de aquietá-las:

“Convencidos que assim evitariam fugas, e revoltas, os grandes proprietários passaram a deixar os casais viverem fora das senzalas coletivas, em pequenas choças de pau a pique. Era certamente vantajoso para garantir uma melhor alimentação para suas crianças e, eventualmente, com a venda do excedente, vir a comprar a própria alforria e a de seus filhos, como já era costume na sua terra de origem.”

³ Quanto a legitimidade do casamento, refiro –me aqui aos padrões estabelecidos na época, reconhecido como os “laços sagrados do matrimônio”. O que não anula a existência de laços familiares estáveis.

⁴ Sobre a luta pela sobrevivência das mulheres de origem africana que viveram como escravas nas grandes propriedades rurais do Brasil ver DIAS, Maria Odila. Resistir e Sobreviver. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 201, p. 360-381.

O protagonismo e a perdura enfrentado pelas mulheres brasileiras, no cerne das lutas travadas face a necessidade em adquirir direitos essenciais, quanto sua sexualidade, os direitos reprodutivos, os relacionamentos familiares, e muitos outros, alcançaram ainda mais tardiamente e de forma parcial as mulheres negras.

As manifestações sexistas, racistas e classicistas ainda presente na nossa vida, são tratados frequentemente como fenômenos isolados, abdicando da percepção de que é procedente de uma sociedade na qual os pré-conceitos intermedeiam as relações familiares, de trabalho e escolares, fato que culminou nos supostos objetivos deste estudo. Partindo de algumas reflexões sobre a construção dos gêneros masculino e feminino, bem como a construção do termo raça, haverá a necessidade de pensar sobre os estereótipos agregados as nomenclaturas.

Tal pressuposto, considerando as vicissitudes que a democracia brasileira tem passado nos últimos anos, é possível investir na sociedade a seguinte indagação: como o modelo familiar tradicional que existe no Brasil tem se posicionado diante do pensamento de Ângela Davis?

A mulher negra e a herança do patriarcado no Brasil

Apesar de não ser um debate recente, o papel da mulher na sociedade mundial e brasileira tem sido plano de fundo para o desenvolvimento de diversos estudos. As contendas e estudos acerca da mulher negra, é proposto aqui como instrumento de combate e desconstrução de ideologias sexistas, machistas e raciais, mediante a fatídicos episódios de luta e negação, propagados através de discursos frequentes de que tais questões já foram superadas⁵, alargando sobremaneira a complexidade em tratar essas problemáticas permeadas no meio social.

Propor uma análise a partir dos pressupostos teóricos de Ângela Yvonne Davis, por ser uma figura feminina de grande representatividade, que ao meu ver, não faz parte apenas da história das mulheres negras estadunidenses, mas de todas as

⁵Em linhas gerais, a organização social do Brasil, pautada em um sistema político\econômico hierárquico, denota interesses excludentes, traçando a partir dos interesses econômicos, ações unilaterais que mitigam o poder de grupos “minimizados”, tal qual, os negros e indígenas, ora, negando a existência do preconceito de “raça e de gênero” ora associando sua superação a apenas fatores econômicos.

mulheres negras, mediante a luta contra a herança deixada pelo colonialismo sexista e opressor, sobre o viés de que estas jamais se deixaram dominar, almejando ainda, que as ideologias dessa importante pesquisadora, nos sirva como ponto de partida para a valorização dos embates enfrentados por nós, negras brasileiras.

É notório, a permanência na pauta dos principais movimentos de luta e preleções das mulheres brasileiras, a necessidade do reconhecimento de que a mulher negra, foi e continua sendo partícipe de conquistas alcançadas ao longo de toda sua historicidade, sobretudo no que tange a busca por equidade e justiça. Evidentemente, apesar de não ser anseios recentes, ainda há muito o que se fazer, inclusive, na atual conjuntura política brasileira, que ao meu ver, há um retrocesso ou meramente um desvelamento de pré-conceitos que de certa forma, fora por algum tempo, “escondido” “camuflado” e agora se revela, excessivamente.

Tal desvelamento contradiz políticas públicas já implementadas no contexto nacional, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, que reconheceu e discursou durante sua posse, sobre a existência de problemas raciais no Brasil, e durante seu governo, implementou políticas públicas. Estas por sua vez, foi aprofundada de maneira emblemática pelo presidente Lula, onde,

“destacam –se a presença de Matilde Ribeiro na equipe de transição de governo [...] as nomeações de Benedita da Silva para a pasta de Assistência Social, e de Gilberto Gil para a de Cultura e de Marina Silva para a do Meio Ambiente, além da criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial [...] a presença de Muniz Sodré e de representantes da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e a Indicação de Joaquim Benedito Barbosa Gomes para o STF”. (CARNEIRO, 2011, p. 19).

Ver nos elevados patamares do Estado, a representatividade do negro, é se dúvida benéfico, faço me valer, da implementação de leis que atendem especificamente a necessidade da população negra, como a Lei nº 10639/03⁶ e a

⁶ Lei 10.639/03, hoje 11.645\08, tornaram obrigatório o estudo da História e Cultura afro-brasileira e indígena nas unidades educacionais de ensino público e privado.

aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra⁷, ações governamentais necessárias, em um país como o nosso, para que se leve

“em conta as dimensões políticas, econômicas e culturais do problema em vista e alterar, efetivamente, as condições de vida da população afro-brasileiras e as integrasse ao processo de desenvolvimento, já que como não é mais possível negar, raça e pobreza são sinônimos no Brasil”. (CARNEIRO, 2011, p. 60).

Uma vez que no Brasil, a população negra é também a população pobre, de tal modo tanto o acesso educação de qualidade e a melhoria nas condições de saúde são pontos importantes no combate às desigualdades entre negros e brancos.

Embora muitos estudiosos registram em suas escritas o fato de que mulheres foram expropriadas de suas origens, lançadas em mares de negação de direitos básicos, tais como a constituição familiar, direito de serem mães, decidirem sobre seu corpo e suas vidas, durante o período escravocrata brasileiro, tal qual registra Miridan Knox Falci (2004, p. 227), na passagem a seguir,

No sistema cruel da escravidão, em que as relações humanas facilmente eram desfeitas, o que mais deve ter causado tristeza, desconforto e tensão na mulher escrava [...] foi a venda de escravas mães ou a venda dos filhos escravos. O afastamento de seus entes queridos, do homem e dos filhos que amava e as relações sexuais forçadas eram formas comuns de violência na vida da escrava.

Os fatos apresentados até aqui, não é uma tentativa de reduzir a mulher negra a um objeto passivo, alheia ao que estava submetida, pelo contrário, a finalidade é contrapor as perduras enfrentadas, evidenciando que apesar ter sido subjugada, estas mulheres sempre foi sinônimo de luta, bravura e coragem, outrora, caracterizada por revoltas, fugas e sabotagens, e atualmente, através da continuidade das lutas pela conquista de seus direitos cívicos, direito de decisões sobre seu próprio corpo, direito de sentir se representada nos diversos espaços de poder.

⁷ Abarca atenção especial a saúde da população negra sobretudo preventivamente em relação a doenças como diabetes, hipertensão e anemia falciforme.

Os conhecimentos acerca da história da mulher negra no Brasil enquanto fenômeno sociocultural, é tido aqui como recurso motivador e propício a incorporar novos elementos de combate ao racismo e o sexismo.

A mulher negra na sociedade de classes

Quanto a nós, mulheres negras, nessa sociedade classista, temos nos tornado verdadeiras malabaristas. Temos que lutar duplamente, quanto a tudo que almejamos. Ressalvo aqui, que temos alcançado cada vez nosso espaço no mundo do trabalho, ocupando cargos que outrora era dominado pelo sexo masculino. Infelizmente, nesse ensejo, firmo que as negras não tem tido a mesma “sorte” que as brancas, não na mesma proporção. Para Sueli Carneiro (2011, p. 119):

“De regra, considera se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina do país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de importância. E, ademais, esses casos solitários são emblemas utilizados para desqualificar as denúncias de exclusão social (...)”

Tomar parte da exclusão socialmente enfrentada por nós, é fundante. Nossa organização enquanto classe e na luta contra o racismo e sexismo, contribuindo com a “(...) participação política, a visibilidade, a problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, a formulação de propostas concretas da superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça (...)” Carneiro (2011, p. 121).

Notadamente, tem elevado a contribuição e o índice de participação de intelectuais negras no cerne dos debates, bem como o reconhecimento por parte de muitas feministas brasileiras, que o que afeta a mulher branca, afeta sobremaneira a negra, que se apropria do embranquecimento⁸, como forma de encarar os estereótipos arraigados na sociedade.

⁸ Para Nascimento, (2017, p. 42), “Com o advento do Neoliberalismo, o fenômeno do embranquecimento, continuou a ocorrer. Ao negro cabe, principalmente, o desemprego e o subemprego. Todas essas condições levam à desvalorização da imagem do negro e a busca pelos

Sobre o feminismo, apresento as contribuições teóricas de Márcia Tibure, (2018, p.7) que descreve para onde as lutas em defesa dos direitos das mulheres alocou o termo feminismo, elevando-o a um patamar que acabou por torná-lo “uma das palavras mais odiadas e amadas em intensidades bem diferentes. Assim, como há quem simplesmente rejeite a questão feminina, há quem se entregue a ela imediatamente”.

Quanto aos estudos direcionados ao processo de formação do Brasil, embora muitos resultaram em conclusões obtidas através de debates e ideias universais, uma opinião é comum a todos: o preconceito que resulta no racismo e machismo é uma constante no país. Quanto ao racismo, nascedouro de uma ideia preconcebida e mentirosa a respeito de algo ou pessoa, LOPES (2007) se caracterizando como um sentimento que começa a ser formado por uma ideia mentirosa a respeito do outro, a pérfida impressão do mal, enfim criando estereótipos, que conservam-se ao longo do tempo, como evidencia Ângela Davis ao afirmar que,

Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. [...] as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação. (DAVIS, 2016, p. 17).

Obviamente seria pretensioso almejar o rompimento definitivo de todos os mal-entendidos que envolvem a história das mulheres negras, contudo, não é possível negar a intenção de requerer ideias que insere a mulher afro-brasileira no cenário social contemplando aspectos de sua participação na construção dessa sociedade a partir de embates oriundos nos mais diversos estratos sociais, redirecionando, os pensamentos racistas, sexistas e classistas, a ideologias não discriminatórias, combatendo as aleivosias e estereótipos, que resultam em julgo antecipado, ou seja, o preconceito que por sua vez gera tratamento desigual que conhecemos por discriminação.

padrões estéticos brancos. Alguns exemplos são os alisamentos de cabelos [...] tratamento para clareamento de pele, cirurgias para intervenções estéticas (...)” dentre outros procedimentos para amenizar os estereótipos e chegar perto de um ideal de beleza, que abarca os padrões europeus.

Breves olhares sobre a obra e a vida de Angela Davis

Angela Davis, é professora negra, ativista atuante frente as injustiças impostas a parcela da população a qual pertence. Nascida em uma cidade segregada dos Estados Unidos, residiu durante toda sua juventude em um bairro segregado, atormentado pelo habito de explodir as casas, com os moradores ainda ocupando-as. Tendo sido criada em meio a violência praticada em virtude do racismo, sobreviveu ao alge do Ku Klux Klan, cujas práticas englobavam perseguições, agressões, linchamentos e enforcamentos de pessoas negras, resistiu as perseguições, prisão, acusações de práticas terroristas sendo inocentada de todas as acusações a que fora submetida.

Depois da prisão, se tornou professora de História, estudos étnicos, estudos femininos e história da consciência nos Estados Unidos, mas seus ideários, romperam as fronteiras internacionais. A militância e a política, sempre fizeram parte de suas lutas, se tornando voz ativa há mais de sete décadas, no que tange a luta contra o sistema carcerário americano, a Guerra do Vietnã, o racismo, a desigualdade de gêneros, o sexismo, a pena de morte, a guerra ao Terror de George W. Bush e em apoio à causa feminista e gay de maneira geral. Constituiu-se ainda uma das maiores influencias na Marcha das Mulheres, permanecendo na luta contra a opressão, ao ponto de discursar no dia seguinte à posse de Donald Trump, Washington, verdadeiramente Davis representa o que a classe elitista branca, machista, discriminatória, misógina não tolera, e obstinadamente busca violentar e oprimir.

Pautado no pensamento de Angela Davis, procuro aqui fortalecer as ideias expostas quanto aos desafios já superados, mediante a movimentação das mulheres e claro, lembrar que a luta ainda continua.

Embora exista um abismo racial alusivo as lutas das mulheres, frente a conquista de direitos, para as mulheres negras, essas conquistas se chegaram, ainda não fora respeitada em sua plenitude, nesse sentido, fazer uma análise a respeito do modelo patriarcal brasileiro, é acima de tudo, relevante. O propósito aqui, não é o de reduzir a importância dos movimentos feministas preconizados por mulheres brancas, mas de avigorar que ao longo de todo o caminhar, persiste um distanciamento, quando tratamos das lutas das mulheres e crescemos a questão étnica e de classe.

Os estudos voltados para a mulher negra, Davis os percebiam carregados de estigmas, como por exemplo, a publicação de Stanley Elkins, editado em 1959 “Slavery” e dedicados especialmente as mulheres escravizadas, sobretudo singularizar as questões sobre essas mulheres, cuja temáticas tradicionalmente tratadas se resumiam a supostas: “[...] promiscuidade *versus* casamento, e sexo forçado *versus* sexo voluntário com os homens brancos, os autores dessas novas obras têm dado atenção insuficiente às mulheres”. (Davis, 2016, p. 16). Talvez os estudos mais propensos ao papel da mulher negra na família, e na sociedade, que evidenciou a força da mulher frente ao regime escravocrata, faz referência ao seu papel multidimensional, que as diferenciam de imediato das mulheres brancas.

Em relação ao Brasil, e pautado nos ideais de Angela Davis, lembro mais uma vez da trajetória de mulheres negras brasileiras que vem contribuindo com novas lideranças na luta pela causa, seja na preservação da cultura, religião de matriz africana como sinônimo de persistência, seja no movimento das trabalhadoras domésticas, nas escritas, como por exemplo, de Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de despejo⁹, recentemente citada no Exame Nacional do Ensino Médio. As negras estão presentes em diferentes estruturas que compõem a sociedade brasileira, ainda que muitas de nós, precisamos continuar removendo diversas pedras do caminho, que ora surgem na necessidade de superar questões de gênero dentro dos movimentos de raça; a violência doméstica contra a mulher negra; o aumento alarmante do índice de feminicídio entre a população feminina negra; o encarceramento majoritariamente dessas mulheres; a violência tipificada: estupro; a hipersexualização da mulher negra: mulata tipo exportação; e tantas outras questões que podem ser acrescentadas a estas mencionadas.

Quanto ao mercado de trabalho, mulheres negras continuaram ocupando os setores mais subalternos, recebendo péssima remuneração e tratamento, como enfatiza Margareth Rago, (2004, p.487) ao abordar Trabalho Feminino e Sexualidade: “[...] Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil.” Sobre essa questão Angela Davis (2016, p.104) enfatiza:

⁹ Ver: Quarto de despejo - Diário de uma favelada - Carolina Maria de Jesus. Editora: Ática. 2014.

“As mulheres brancas – incluindo as feministas – demonstram uma relutância histórica em reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas. Elas raramente se envolvem no trabalho de Sísifo que consistia em melhorar as condições do serviço doméstico”.

Enquanto herança cultural, o sexismo e o racismo são ideologias geradoras de diversos tipos de violência e exclusão presentes cotidianamente na vida da população negra. As conquistas pelos direitos políticos e educacionais evidentemente tem papel primordial na formação humana, sendo a principal habilidade na identificação de políticas ou ausência destas, que caracterizem o racismo contra o negro e especialmente a mulher negra “(...) praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino”. DAVIS (2016, p.147).

É libertador, conjecturar a superação das situações de opressão e exclusão, através do aprofundamento teórico, pois, pautado no conhecimento, é possível refletir sobre as disparidades impostas aos negros e negras mediante ao racismo sistêmico e institucional, que desde a abolição da escravatura foi criado e ainda vem sendo mantido como forma de dificultar ou impedir a ascensão, dessa população, bem como dos brancos pobres. Nessa perspectiva, Antutérpio Dias Pereira, ao discorrer sobre Educação étnico-racial, gênero e currículo evidencia:

A pobreza e a marginalidade a que é submetida a mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que, se em muitos casos, inibi a reação e a luta contra a discriminação sofrida. O ingresso no mercado de trabalho do negro ainda criança e a submissão a salários baixíssimos reforçam o estigma da inferioridade em que muitos negros vivem. (PEREIRA, 2016, P. 200).

A ausência de garantia de direitos educacionais básicos, públicos de qualidade, postos de trabalho e remuneração que garanta uma vida digna, verifica - se a importância da luta das mulheres alocando as, como autoras de suas próprias histórias.

As mulheres negras brasileiras e a Política do Embranquecimento

Insistirei no debate acerca da política do Embranquecimento e da falsa democracia racial, lançado no meio social através das grandes mídias, dominadas obviamente, pela elite classicistas e branca que tem como princípio, o corpo esbelto, branco, olhos claros e nariz afilado, impõem as mulheres diversos estereótipos, e para se ver livre destes, ou amortizar seus efeitos, mulheres negras tem se apropriado de ações que as “embranquecem”.

O racismo brasileiro, fora desenvolvidas com muita maestria pela elite, na construção da falsa democracia brasileira, que mesmo não conseguindo embranquecer sua população, dificultou a união dos negros brasileiros em uma negridade, pois,

“(…) Os africanos e seus descendentes, os verdadeiros edificadores da estrutura econômica nacional, são uns verdadeiros coagidos, forçados a alienar a própria identidade a própria identidade pela pressão social, se transformado, cultural e fisicamente, em brancos. (…)” Abdias Nascimento, (2016, p. 153).

As circunstâncias de um falso ideal de beleza, leva ao Embranquecimento do negro, para além das mudanças físicas, como o cabelo alisado, ou cirurgias estéticas, envolve transformações no nível cultural e no campo ideológico, a fim de estar mais próximo do branco possível. Essas ações não significa que o negro conscientemente, queira apropriar se da cultura da elite branca brasileira, essa tendência pode ser vista como uma forma de sobreviver a opressão racial e ser aceito socialmente, em um ambiente que por muito tempo, estigmatizou a imagem do povo negro.

Para Djamila Ribeiro, (2018, p. 7) “O feminismo negro não é uma luta meramente identitária, [...]. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos. (...)”, não podemos falar de mulher, como se não houvesse no Brasil, uma distinção bem marcada entre nós. Mulheres negras e brancas, sofrem as consequências de serem mulheres, mas as negras certamente pagam um preço maior ainda, por estar fora dos padrões elitistas, que nos expõem socialmente, quando temos dificuldade em encontrar bonecas negras (aquelas que representariam nossas meninas), nas piadas sexistas, diante da hipersexualização da “mulata”, diante da recorrência de maus tratos e violência sexual contra mulheres e crianças que marcam

para sempre seus convívios sociais e psicológicos. Quando tratarmos de questões associadas as mulheres negras, é preciso distinguir qual mulher estamos falando.

Se a luta das mulheres não é recente, e ainda persiste as desigualdades de gênero, cor e classe, é importante abordar dentro dos movimentos organizados a respeito da ocupação e permanência da mulher negra em setores sociais as quais foram e ainda são destituídas. A exemplo da reflexão proposto por RAGO (2004, p. 497), que apresenta as reivindicações de trabalhadoras diante da precariedade que enfrentavam para desenvolver seu trabalho:

As anarquistas e socialistas procuraram organizar as trabalhadoras, nas primeiras décadas do século, convocando-as para as assembleias sindicais ou para discutir os problemas femininos dentro dos sindicatos e comitês a que pertenciam. Desde o começo da industrialização, elas escreveram inúmeros artigos na imprensa operária, apontando os problemas enfrentados pelas trabalhadoras na produção e na vida social, as péssimas condições de trabalho e de higiene nas fábricas ou nas habitações coletivas e a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres.

Rebelar se contra os valores burgueses, eurocêntrico, patriarcal, sexista, racista, misógina, homofóbica e excludente, tem se tornado uma necessidade cada vez mais atual, mediante a conjuntura político - social que o Brasil vem enfrentando, fazendo se necessário denunciar qualquer forma de supressão dos direitos, sobretudo dos grupos tidos por uma minoria branca como inferiores. Para tal, o alento pode emanar da historicidade de nossas irmãs negras, que ao longo do tempo lutam para que exista uma organização social alicerçada na mutualidade entre os sujeitos, se abstendo do cabo-de-guerra imposto pela suposta preeminência branca acrescida pelo advento do neoliberalismo.

A história das mulheres, sobretudo das mulheres negras, possibilita ampliar os olhares em relação aos símbolos e subjetividades presentes no cotidiano, a exemplo das revistas feministas dos anos 50 acessada pela população que detinha um padrão ideal de família composto por indivíduos brancos com papeis bem definidos, não poderia deixar de trazer em seu conteúdo “[...] regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal”, conforme preconizado por Carla Bassanezi (2016, p. 509).

Ao mostrar como as ideologias são marcadas pelas hierarquias e clivagens que constituem a sociedade de classes, Davis discute como as opressões anteriores são ressignificadas como forma de dar legitimidade a dominação de classe, evidenciando em suas escritas uma história não linear, onde, as formas de luta, também necessitam ser modificadas, transformadas, para se tornar eficazes.

Nas relações familiares, profissionais, acadêmicas e nas instituições, o que permite afirmar serem dimensões que estimulam a atual estrutura desigual, ora simbólica, ora explícita, mas não menos perversa, da sociedade brasileira, o racismo se oculta ou é ocultado nas estruturas administrativas diversas, e, por ser extremamente difícil de ser percebido e ainda ser negado o fato de que esses relatos são meramente desigualdades sociais, injustiças, discrepâncias desarrazoadas que infelizmente coincidiram sobre o povo negro, sobre a mulher negra. Analisando NASCIMENTO (2010) é notório que diferentemente do preconizado pelo ideal da Branquitude¹⁰, lembremos sempre que os fatos históricos da formação social brasileira colocaram os negros e indígenas nela por um processo mal elaborado de políticas públicas pouco funcionais e corrompidas desde o cerne que simplesmente o lançaram na marginalidade estrutural da sociedade e na total alienação dos processos sociais do país.

Essas situações são semelhantes na maior parte do Brasil, porém, o foco midiático maior é dado a grandes conflitos isolados, debater o núcleo da questão com pouco ou nenhuma intenção de resolver de fato o problema da crescente intolerância para com as mulheres negras.

Algumas considerações

Se durante o regime escravocrata, as mulheres negras eram tidas não menos que homens, exceto, quanto os castigos eram impostos a estas, uma vez que além da violência praticada, era comum a prática de violação sexual, como arma expressiva que competia apenas as mulheres, alocando-as ao seus “cátedras” específicos que

¹⁰ BRANQUITUDE: é “o como e o quê” o negro deve ser para o “branco”, o que no limite significa o seu desaparecimento através da dupla miscigenação compulsória (cultural e biológica). (Nascimento, 2010, p. 188).

seu gênero lhe compelia, remetendo a lembrança que a elas caberia apenas desenvolver as mais variadas tarefas, estas jamais foram apáticas, nunca foram silenciadas apesar das inúmeras e diversas tentativas para tal.

Quanto as mulheres brancas que se vincularam ao movimento abolicionista (Davis, 2016, p.39).

[...] Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiram compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho, pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas.

No contexto apresentado, a luta pelo abolicionismo atendia também aos anseios das mulheres brancas de classe média, uma vez que estas se destacaram na luta contra o caráter opressivo, de seu papel no lar, oportunizando a evidência de seus valores para além de esposa e mãe, lançando desafios a preeminência masculina. Os traços de machismo e racismo nos movimentos feministas, a exemplo do sufrágio feminista, acabou por colocar em cheque a participação do negro na política, sobre a alegação de que se a emancipação igualaria a população negra as mulheres brancas mas os homens negros acabariam se tornando superiores a elas.

Por intercessão de uma análise histórica consistente, além de destacar uma ligação entre racismo, classe e o machismo, busca discutir o racismo dentro dos movimentos feministas, tal qual o sufrágio, que segundo a autora, acabou emergindo algumas estratégias excludentes, face as necessidades das mulheres negras sobre a alegação que a luta pelos direitos ao voto da mulher negra, poderia dificultar a conquista desse mesmo direito pelas mulheres brancas. (Davis, 2016. P.130).

Sendo as escritas de Angela Davis não linear, evidenciando as contradições históricas expressadas nas sociedades de classe, a autora denuncia prática sexista e racista que submeteu principalmente as mulheres as mais diversas barbáries, envolvendo, as mais diversas formas de luta, tal qual ocorreu e ainda ocorre no Brasil,

como por exemplo, o direito das mulheres negras mediante suas escolhas, sem ser subjugadas moralmente dentro de uma sociedade preconceituosa e sexista indicando a necessidade de uma política feminista verdadeiramente direcionada a lutar contra todas as opressões, contradizendo as tentativas de compendiar a história da mulher negra a pura e simples vulnerabilidade, passividade e cordialidade mediante ao modelo patriarcal e explorador sobre o qual o Brasil foi formado, onde:

O preconceito de cor, a discriminação racial e a ideologia racista permaneceram disfarçados sobre a máscara da chamada “democracia racial”, ideologia com três principais objetivos: 1. impedir qualquer reivindicação baseada na origem racial daqueles que são discriminados por descenderem do negro africano; 2. Assegurar que todo o resto do mundo jamais tome consciência do verdadeiro genocídio que se perpetra contra o povo negro do país; 3. Avaliar a consciência de culpa da própria sociedade brasileira, que agora, mais do que nunca, está exposta a crítica das nações africanas independentes e soberanas, das quais o Brasil oficial pretende auferir vantagens econômicas. Mas não importa esse ou qualquer outro tipo de masturbação ideológica; a história registra os fatos, e os fatos são estes: durante todo o processo de descolonização da África, o Brasil sempre agiu como serviçal do colonialismo português e das grandes potências imperialistas (...). Abdias Nascimento, (2016, p. 200-201).

Levar ao debate essas questões, inserir a mulher negra, causa incômodo, sobretudo quando é socialmente negado a existência de preconceitos étnicos e de gêneros, julgando como irrelevantes a abordagem desses temas, que fique claro: “É por isso que nós, do feminismo negro, movimento negro e aliados, seguiremos dizendo: a vida negra importa. É necessário que, além de chorar essas mortes, essa sociedade se responsabilize por elas. Não esqueceremos.” (RIBEIRO, 2018, P. 104).

A subserviência imposta a mulheres negras, estruturado num modelo social fomentado por uma elite patriarcal branca torpemente direciona diversas investidas negativas sobre as mulheres negras, ainda é perceptível, o que não quer dizer, que estamos passivas e alheias a tudo isso, sabemos que o caminho a percorrer tem se mostrado longo, muito longo, mas seguiremos caminhando.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DAVIS, Angela, **Mulher, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. **Resistir e Sobreviver**. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 201, p. 360-381.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo, e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, LOPES, N. **O Racismo Explicado aos meus Filhos**. Rio de Janeiro-RJ: Agir, 2007.

FALEI, Miridan Knox. **Mulheres do Sertão Nordestino**. In: PRIORI, Mary Del (Org.). História das Mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241-277.

FORMIGA, N. S; **Inventário do sexismo ambivalente em brasileiros**: sua acurácia estrutural. Salud e Sociedad. V.2. Nº2. P. 192 – 201. Maio – Agosto de 2011.

LOPES, N. **O Racismo Explicado aos meus Filhos**. Rio de Janeiro-RJ: Agir, 2007.

NASCIMENTO, Flavio Antônio da Silva. **O Beabá do Racismo Contra o Negro Brasileiro**. Print. Rondonópolis-MT: 2010.

NASCIMENTO, Flavio Antônio da Silva. **Formação de Profissionais de Educação para as questões raciais**: racismo e discriminação no Brasil. 1ª ed. Cuiabá – Sintep\MT: 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genicídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PEREIRA, Antutérpio Dias. **Educação étnico racial, gênero e currículo**. In: SALGADO, Raquel Gonçalves; MARIANO, Cármem Lúcia Sussel; SOUZA, Leonardo Lemos de (Orgs.). Gênero, sexualidade, diversidade e educação. – Cuiabá: EdFMT: 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016. p. 509.

RAGO, Margareth. **Ser mulher no século XXI ou carta de alforria**. In: VENTURI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol. OLIVEIRA, Suely de.(Orgs.) A mulher brasileira nos espaços público e privado. 1º edição – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. P. 31-41.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed. –São Paulo: Companhia de Letras, 2018.

TIBURI, Márcia, **Feminismo em Comum**: para todas, todes e todos. 5ª ed.- Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.